



Alves
Luís Vidal
P

Ata da 2ª reunião 1ª sessão ordinária realizada no dia 23 de junho de 2023

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sede do Futebol Clube Ribadense, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência do Sr. Tiago Alves, estando também presentes, a 1ª secretária, Srª Adriana Duarte em substituição do Sr. João Moreira, a 2ª secretária, Srª. Lídia Mateus, os vogais da CDU, Srª Luísa Vidal, Sr. Telmo Pereira em substituição do Sr. Bruno Machado e do PS, o Sr. Joaquim Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ordem do dia:-----

Intervenção do público-----

Período antes da ordem do dia-----

1º Ponto: Leitura da correspondência;-----

2º Ponto: Aprovação da ata da 1ª reunião ordinária de 26 de abril de 2023;-----

3º Ponto: Informação n.º 03/2023 – PDM;-----

4º Ponto: Proposta n.º 04/2023 - Revogação das Propostas n.º 05, 06 e 08/2022 - Toponímia;-----

5º Ponto: Relatório do Executivo;-----

Intervenção do Público-----

-----Intervenção do Público-----

Iniciou-se o 1º período de intervenção do público, tendo a Srª. Cristina Canto, residente em Ribas de Cima, questionando o Executivo acerca dos poucos transportes públicos em Ribas de Cima. O Presidente da Junta, Jorge Simões, referiu que na última reunião com a Câmara Municipal de Loures foram abordadas às reclamações dos utilizadores dos transportes e que irá ser apresentada à AML um conjunto de propostas para melhoria dos mesmos, inclusive o reforço de transportes ao fim-de-semana e feriados na Freguesia de Fanhões. Referiu várias das queixas que foram apresentadas ao Município de Loures. Garantiu que está a acompanhar a situação.-----

-----Período antes da ordem do dia-----

Não houve nenhuma intervenção.-----

-----1º Ponto-----

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, Tiago Alves, leu a correspondência dirigida à Assembleia de Freguesia.-----

-----2º Ponto-----

No segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, Tiago Alves, abriu a discussão. Não houve intervenções. Foi colocada a votação tendo sido aprovada com 4 votos a favor, sendo 3 da CDU e 1 do PS e 2 abstenções da CDU, por não terem estado presentes.-----

-----3º Ponto-----

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, Tiago Alves, leu a informação n.º 03/2023. O Presidente da Assembleia questionou o Executivo. Tendo em conta que saiu uma lei com as novas medidas de apoio à habitação sendo que uma se aplica à questão dos terrenos rurais e à possibilidade de passarem a terrenos urbanizáveis, tendo havido uma simplificação que estão sujeitos a uns critérios. Neste sentido, questionou se essa alteração vem mudar essa perspetiva, trazendo benefícios para a Freguesia. O Presidente da Junta, Jorge Simões, explicou que os problemas mantêm-se porque os perímetros e a génese do solo mantêm-se iguais, não há praticamente nenhuma alteração da classificação do solo. O Presidente da Assembleia, Tiago Alves, referiu que uma das novas propostas do Governo é que os terrenos rurais adjacentes a terrenos urbanos edificados passassem automaticamente a terrenos urbanos desde que fosse para construção de habitações sociais. O Presidente da Junta, Jorge Simões, referiu que neste caso terá de sair um decreto-lei que se sobreponha ao PDM, porque neste momento o PDM não refere essa situação.



TALES
dois
A

Explicou que atualmente para se poder construir é preciso ter um terreno com 20 000m e com afastamento de 50m da construção aos limites da propriedade para cada lado, mais o comprimento da casa, levando a que se tenha de ter um terreno com 120m de frente, que dificilmente existem. Explicou que na reunião tida com elementos da CCDR, lhes foi dito que exigência de terrenos com 20 000m vai passar para 40 000m. Lamenta que não haja uma evolução consistente, que permite a construção que possibilite a familiares prestarem apoio aos seus pais. Referiu o facto de não se conseguir trazer investimento para a freguesia pois com este PDM, as empresas não se conseguem estabelecer. Também referiu a situação da AUGI do bairro das Funcheiras, que têm vindo a tentar legalizar, sem resultados, sendo uma situação preocupante porque algumas pessoas investiram na construção das suas casas mas não têm licença de habitação sendo que consequentemente não podem vender. Lamenta que esta situação esteja para durar ainda muitos anos pois a próxima revisão ao PDM está prevista ser daqui a 10 anos.-----

-----4º Ponto-----

No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, Tiago Alves, leu a proposta n.º 04/2023. O deputado do PS, Joaquim Castelo pediu que fosse alterada a designação de departamento de toponímia para unidade de administração urbanística. O Presidente da Junta, Jorge Simões, referiu que ia verificar as artérias que a Câmara Municipal serem privadas, pois entende que sempre foram consideradas públicas. Explicou que as propostas apresentadas eram unicamente para atribuição de nome, mas na sequência da resposta da Câmara Municipal de Loures, propõe que sejam revogadas. Lamentou que a eleita Patrícia Pereira não estivesse presente, pois poderia ter prestado alguns esclarecimentos, tendo em conta que é a responsável pela unidade de administração urbanística. Foi colocada a votação tendo sido aprovada com 5 votos a favor da CDU e 1 abstenções do PS.-----

-----5º Ponto-----

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, Tiago Alves, abriu a discussão. O Presidente da Junta, Jorge Simões, fez o ponto de situação da Jornada Mundial da Juventude, referindo que no que diz respeito à freguesia de Fanhões, está tudo em conformidade e organizado para a receção dos peregrinos. Relativamente à Eco Freguesias XXI, referiu que a Junta de Freguesia de Fanhões recebeu a bandeira verde com uma percentagem de 81%. Referiu que o carro da recolha dos monos tem estado a fazer uma revisão mas que a junta te continuado a recolha apesar dos constrangimentos e das greves da Valorsul. Quanto à habitação, lembrou que a Quinta de São Gião foi para a posse do Município em 2021, para habitação de custos controlados com a previsão de 70 fogos de habitação a serem contruídos em 36 meses. Referiu que sempre foi solicitado pela Junta, que os moradores do Alto do Andrade tivessem prioridade desde que cumprissem os requisitos legais. Informou que foi aprovado recentemente a nova estratégia local de habitação, passando de 70 para 40 fogos habitacionais estando previsto início da construção para 2025 (finalizando em 2026) e após aprovação do protocolo com a IRU. Lamentou esta situação. Quanto às festas anuais, informou que a Junta está a apoiar as coletividades. Relativamente à Casa Mortuária, informou que se vão iniciar a finalização dos arranjos exteriores, no valor de cerca de 23.000€ para posteriormente concluir a parte interior por fases.-----

Não houve intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião ordinária pelas 22h30, da qual para os devidos efeitos se lavrou a presente ata que depois de subscrita por mim, 1ª secretária da Assembleia de Freguesia, Adriana Duarte, foi lida e aprovada em minuta.-----



Presidente da Assembleia Tiago Mendes Dias

1º Secretário Adriana Maria Nunes Duarte

2ª Secretária Luísa Maria S. Graça e Cuatrecasas